



ITÁ ENERGÉTICA S.A.

CNPJ nº 01.355.994/0001-21

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2013

Senhores acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31/12/2013, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes.

A Empresa - ITÁ Energética S.A. - ITASA, com capital acionário composto em sua totalidade por ações ordinárias, tem como acionistas a Companhia Siderúrgica Nacional e a Tractebel Energia S.A. - Tractebel, com participações individuais de 48,75%, e a Companhia de Cimento Itambé, com os restantes 2,50%. Foi constituída em julho de 1996 com o objetivo de construir e, em regime de concessão compartilhada, explorar a Usina Hidrelétrica de Itá - UHE Itá, com 1.450 MW de potência instalada, localizada no Rio Uruguai, fronteira dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A ITASA compartilha a concessão da UHE Itá com a Tractebel, que juntas compõem o Consórcio ITÁ, com participações de 60,5% e 39,5%, respectivamente, garantindo à empresa 404,14 MW médios de energia assegurada. Em 21 de dezembro de 2012, a empresa cancelou o registro de Companhia Aberta junto à CVM.

Financiamento de Longo Prazo - O financiamento de longo prazo do empreendimento (BNDES, sindicato de bancos privados e debêntures emitidas pela empresa), vinha sendo amortizado conforme as previsões contratuais, tendo o saldo devedor global atingido o valor de R\$ 42 milhões, ao final do exercício de 2012. Em fevereiro de 2013 a Companhia liquidou antecipadamente todo o financiamento.

Venda de Energia - Contrato de Longo Prazo - A energia que coube à ITASA em 2013 totalizou 3.540 GWh, vendidos exclusivamente aos três grupos de acionistas da empresa e à consorciada Tractebel, em conformidade com os contratos de compra e venda de energia e aditivos. A receita gerada com a venda de energia somou R\$ 170 milhões, R\$ 72 milhões inferior à receita de 2012 (29,75%), como consequência do ajuste do contrato de compra e venda de energia.

Desempenho Econômico-Financeiro - Durante o exercício de 2013, as atividades da companhia envolveram despesas totais, antes dos tributos, de R\$ 145 milhões, inferior ao exercício anterior (R\$149 milhões em 2012). Nesse contexto, o lucro líquido da ITASA, antes dos tributos, foi de R\$ 29 milhões, inferior ao de 2012

(lucro de R\$ 101 milhões), estando programado o pagamento de R\$ 5 milhões de dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 16 milhões em 2012).

Auditoria - A Deloitte, que passou a realizar a auditoria externa da ITASA a partir de 2009, não prestou serviços não relacionados com a auditoria das Demonstrações Contábeis divulgadas.

Meio Ambiente - O Consórcio ITÁ vem desenvolvendo projetos destinados à educação, melhoria do meio ambiente e conscientização ambiental. Os investimentos nessas projetos foram da ordem de R\$ 2,0 milhões em 2013 e R\$ 2,2 milhões em 2012, sendo que a contribuição da Itasa foi de R\$ 1,21 milhões em 2013 e R\$ 1,33 milhões em 2012.

Agradecimentos - Aos nossos acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores internos e externos, Órgãos Governamentais e às instituições financeiras, agradecemos o apoio e a confiança demonstrados ao longo deste exercício.

São Paulo, 14 de março de 2014
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (LEVANTADO Em 31 de Dezembro de 2013 (Em milhares de reais))			
	Nota 31/12/2013	31/12/2012	
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	45.894	72.754
Clientes - Concessionárias e permissionárias	5	15.702	15.583
Cauções e depósitos vinculados		-	1.364
Impostos a recuperar		24	19
Outros		4.274	1.013
Total do ativo circulante		65.894	90.733
Não Circulante			
Realizável a longo prazo		-	3.792
Clientes - Concessionárias e permissionárias	5	-	3.792
Impostos a recuperar		182	182
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	33.848	34.434
Imobilizado	8	603.266	640.849
Total do ativo não circulante		637.296	679.257
Total do Ativo		703.190	769.990

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL (LEVANTADO Em 31 de Dezembro de 2013 (Em milhares de reais))			
	Nota 31/12/2013	31/12/2012	
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante			
Fornecedores	9	25.599	20.086
Dividendos a pagar	12	4.800	15.897
Empréstimos e financiamentos	10	-	41.957
Tributos e contribuições sociais		4.027	6.049
Provisão para causas cíveis e tributárias	11	3.586	3.278
Outros		479	390
Total do passivo circulante		38.491	87.657
Não Circulante			
Provisão para causas cíveis e tributárias	11	1.870	5.812
Total do passivo não circulante		1.870	5.812
Patrimônio Líquido			
Capital social	12	510.136	510.136
Reservas de lucros	12	212.294	229.673
Ajustes de avaliação patrimonial	8	(59.601)	(63.288)
Total do patrimônio líquido		662.829	676.521
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		703.190	769.990

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Lucros		Reserva de Retenção de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
			Reserva Estatutária	Reserva de Retenção de Lucros				
12.a	499.899	10.237	14.532	-	180.830	-	-	638.523
8	10.237	(10.237)	-	-	-	66.936	66.936	-
12.c	-	-	3.347	-	(13.041)	(3.347)	(13.041)	-
12.d	-	-	-	-	(15.897)	(44.005)	(44.005)	-
12.e	510.136	-	17.879	-	211.794	(63.288)	676.521	-
8	-	-	-	-	-	3.687	3.687	-
12.c	-	-	1.011	-	(1.011)	-	-	-
12.b	-	-	-	182.692	(182.692)	-	-	-
12.d	-	-	-	-	(29.102)	-	(29.102)	-
12.e	-	-	-	-	10.712	-	(10.712)	-
	510.136	-	18.890	193.404	-	(59.601)	662.829	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto Operacional: A Itá Energética S.A. ("ITASA" ou "Companhia") tem como objetivo a exploração e operação da Usina Hidrelétrica de Itá, através de consórcio, conforme descrito a seguir, mediante concessão outorgada pelo União Federal, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, cujo prazo se encerrará em outubro de 2030. A Companhia cancelou o registro junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 21 de dezembro de 2012. O empreendimento está situado no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, entre os municípios de Itá (SC) e Arabitã (RS) e possui capacidade instalada de 1.450 MW, provenientes de 5 grupos geradores de 290 MWV cada. Nos termos do Contrato de Consórcio, a ITASA tem direito a 60,5% de 668 MW médios, quantidade correspondente à energia do projeto rateada entre as consorciadas, cabendo à outra consorciada, Tractebel Energia S.A. ("Tractebel"), os 39,5% restantes. Dos 404,14 MW médios que cabem à Companhia, 342,95 MW médios são vendidos aos seus acionistas na proporção de sua participação na Companhia, e 61,19 MW médios são vendidos à consorciada Tractebel. O Contrato de Consórcio também estabelece que a diferença entre a energia gerada pela usina e a energia do projeto rateada pertence integralmente à Tractebel, conforme condições contratadas entre as partes. A estrutura operacional da geração de energia elétrica, denominada Usina Hidrelétrica Itá, é constituída dos bens demonstrados no ativo imobilizado da empresa, que consistem, substancialmente, de obras civis relacionadas à barragem, turbinas e respectivos geradores, e de outros bens (incluindo obras civis intermediárias e a estrutura de transmissão) que são controlados no sistema patrimonial da acionista Tractebel. As quantidades e preços relativos à energia elétrica fornecida aos acionistas foram estabelecidas através de contratos firmados entre as partes em 15 de janeiro de 2001, e aditivos, vigorando pelo prazo de 1º de fevereiro de 2001 a 16 de outubro de 2030. Em julho de 2012 houve um aditivo ao contrato de compra e venda que reduz o valor a ser faturado por MWh mantendo as mesmas condições para reajuste.

As informações não foram as demonstrações contábeis destas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são revisadas pelos auditores independentes.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

2.2. Base de elaboração: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo quando requerido nas normas, quando aplicável. Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, e os valores apresentados (textos e tabelas) são expressos em milhares de reais, exceto onde indicado de maneira diferente.

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis:

a) Instrumentos financeiros: A Companhia reconhece os instrumentos financeiros nas suas demonstrações financeiras quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os ativos financeiros da Companhia estão classificados como empréstimos e recebíveis. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes, cauções e depósitos vinculados e contas a receber de partes relacionadas) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. Os passivos financeiros (incluindo empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar), após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

a.1) Caixa e equivalentes de caixa: São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata em montante sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

a.2) Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros: São avaliados ao final de cada exercício quanto à sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

b) Ativo fiscal diferido (Imposto de renda e contribuição social diferidos): São calculados aplicando-se as alíquotas fiscais efetivas previstas nos exercícios em que se espera realizar os efeitos, sobre as diferenças temporárias (diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos e sua base fiscal). O ativo fiscal diferido é integralmente apresentado no ativo não circulante independente da expectativa de realização dos valores que lhes dão origem.

c) Imobilizado: O Imobilizado está apresentado ao valor de custo, deduzido da depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se houver, acumuladas. Os bens ou conjunto de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos seus valores justos na data da adoção das novas práticas contábeis, janeiro de 2010, passaram a ter seu valor justo como custo atribuído. A depreciação é reconhecida conforme as notas 2 e 4 das anuais descritas na nota 8. **d) Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso futuro seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

e) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

f) Aplicações de recursos em pesquisa e desenvolvimento - P&D: A Companhia, em acordo com a legislação em vigor, está obrigada a aplicar anualmente, a partir de 01 de janeiro de 2006, o montante de 1% - um por cento de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico. De acordo com os procedimentos contábeis, essa obrigação está sendo reconhecida no mês de competência da receita que lhe deu origem, no grupo "Dedução da Receita Bruta".

g) Reconhecimento de receita: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma. A receita de venda de energia é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia, considerando que o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; os custos incorridos ou a serem incorridos associados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida.

h) Apuração do resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios. **i) Utilização de estimativas:** Na preparação das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para fazer estas estimativas a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas principalmente à vida útil do ativo imobilizado, à avaliação de recuperabilidade de ativos, às provisões necessárias para cobrir eventuais riscos tributários e cíveis e à determinação do valor justo de instrumentos financeiros.

j) Principais julgamentos e fontes de incerteza nas estimativas: Práticas contábeis críticas são aquelas que são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados e requerem os julgamentos mais difíceis, sujeitos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. A medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou determinadas premissas decorrentes de experiência histórica e outros fatores que considere como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revisadas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos resultados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos ou condições, segue as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluindo comentários das demonstrações financeiras descritas a seguir.

k.1) Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. Os montantes do imposto de renda diferido estão revisados ao final de cada exercício para a avaliação se serão realizados através de lucros tributáveis futuros, com base em projeções de resultados aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal.

k.2) Vida útil do ativo imobilizado: A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Anel, as quais são praticadas pela indústria e aceitas pelo mercado como adequadas, limitadas ao prazo de concessão da Usina, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário.

k.3) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração: Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. Na data do encerramento do exercício social, ou quando ocorre um evento significativo, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que

o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados do contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de lucros destes ativos, quando aplicável. O processo de revisão da recuperabilidade de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. Em agosto de 2012 o valor do MWh a ser faturado foi reduzido. A Companhia revisou sua avaliação para recuperabilidade dos ativos fixos em função dos fatos descritos nas notas explicativas 1 e 5, e concluiu que não existem indicativos de que os valores contábeis dos ativos de longa duração não serão recuperados através das operações futuras. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não houve outros indicativos que levassem a Companhia a revisar a recuperabilidade de seus ativos fixos.

k.4) Provisão para riscos cíveis e tributários: É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de desembolso futuro é considerada provável. Esta avaliação é suportada pelo julgamento da Administração juntamente com seus assessores jurídicos considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

3.1. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade e alterações nas práticas contábeis adotadas no Brasil: O International Accounting Standards Board - IASB publicou ou alterou pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes: **Aplicáveis em ou a partir de 01 de janeiro de 2014:** IAS 36 - Redução no valor recuperável de ativo (alteração) - introduz alterações e clarificações sobre as divulgações requeridas por esse pronunciamento. IAS 39 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração (alteração) - clarifica que não há necessidade de descontinuar o Hedge accounting no caso de novação do contrato de derivativo vinculado ao hedge desde que sejam atingidas certas condições. IAS 32 - Instrumentos financeiros - divulgação (alteração) - clarifica as condições para apresentação de um ou mais instrumentos financeiros pelo líquido de seus posições. IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas, IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades e IAS 27 - Demonstrações financeiras separadas (alteração) - introduz alterações nas regras de consolidação, divulgação e apresentação de demonstrações separadas para as empresas de investimento. IFRIC 21 - Taxas governamentais (nova interpretação) - introduz guia de quando reconhecer uma taxa imposta por ente governamental. **Aplicáveis em ou a partir de 01 de janeiro de 2015:** IFRS 9 (novo pronunciamento) - introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. IFRS 9 e 7 (alterações) - Modificações às IFRS 9 e IFRS 7 sobre data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgações de transição. A Companhia está em análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos ou alteração em suas demonstrações financeiras, no entanto em uma análise prévia a Companhia não espera ter alterações significativas em suas demonstrações financeiras por conta da aplicação dos normativos acima descritos.

4. Caixa e Equivalentes de caixa:

	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e depósitos bancários à vista	4	13.936
Aplicações financeiras	45.890	58.818
	45.894	72.754

As aplicações financeiras correspondem a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com remuneração que variam de 99,00% a 102,00% CDI CETIP. O prazo de vencimentos dos títulos é de até 710 dias, podendo ser negociados antecipadamente sem prejuízo dos rendimentos. Tais aplicações foram efetuadas nas seguintes instituições: Banco Itaú, Banco Safra S.A. e Banco Votorantim S.A.

5. Clientes - Concessionárias e Permissionárias:

	31/12/2013			31/12/2012		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Acionistas (a) - Nota explicativa nº 17	15.702	-	15.702	15.583	-	15.583
terceiros (b)	-	3.792	3.792	-	3.792	3.792
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (b)	-	(3.792)	(3.792)	-	-	-
	15.702	-	15.702	15.583	3.792	19.375

a) Essa rubrica é representada por saldos vencidos a receber de acionistas por venda de energia, tais saldos foram em no máximo 30 dias. As quantidades e preços relativos à energia elétrica fornecida aos acionistas foram estabelecidas através de contratos firmados entre as partes em 15 de janeiro de 2001, e aditivos, vigorando pelo prazo de 1º de fevereiro de 2001 a 16 de outubro de 2030. Em julho de 2012 houve um aditivo ao contrato de compra e venda que reduz o valor a ser faturado por MWh mantendo as mesmas condições para reajuste. **b)** Os valores a receber de terceiros, no montante de R\$ 3.792 em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, referem-se à cessação de crédito dos acionistas junto à AES UL, decorrente de valores a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Em fevereiro de 2013 a Companhia decidiu fazer uma provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD no mesmo valor do crédito, em função do avanço negativo das negociações junto ao credor.

6. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:

Natureza dos créditos	31/12/2013			31/12/2012		
	Base de cálculo	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total	Total
Provisões para riscos	5.456	1.364	491	1.855	1.831	
PCLD	3.792	948	341	1.289	-	
Total provisões	9.248	2.312	832	3.144	1.831	
Custo atribuído do imobilizado	90.305	22.576	8.128	30.704	32.603	
Total	99.553	24.888	8.960	33.848	34.434	

Os créditos fiscais diferidos referem-se a: **a)** Provisões para riscos temporariamente indedutíveis, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11. **b)** Efeito da adoção do custo atribuído do imobilizado, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8. **c)** Provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme demonstrado na nota explicativa nº 5. A Administração, baseada em suas projeções de resultados, entende que as adições temporárias existentes serão recuperadas, conforme demonstrado a seguir:

	Custo							
	Terrenos	Imobilizado administrativo	Intangível: software/marcas e patentes	Reservatórios barragens e adutoras	Edificações obras civis	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em curso	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	21.859	865	134	307.383	111.227	536.560	4.320	982.344
Adições	-	-	-	-	-	-	869	869
Baixas	-	-	-	-	-	(88)	(88)	-
Transferências em curso	-	67	-	(3.334)	(352)	4.410	(791)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	21.859	932	134	304.049	110.875	540.882	4.398	983.129
Adições	-	2	-	-	-	-	1.431	1.433
Baixas	-	-	-	-	-	(378)	(895)	(4.170)
Transferências em curso	-	17	-	-	-	838	(832)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	21.859	951	134	304.049	110.875	541.422	1.102	980.392
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.778	668	115	111.428	33.645	158.347	-	306.961
Depreciação no exercício	939	46	11	11.169	4.179	19.017	-	35.361
Baixa no exercício	-	-	-	-	-	(62)	-	(62)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.717	714	126	122.597	37.824	177.302	-	342.280
Depreciação no exercício	940	43	2	11.208	4.175	18.642	-	35.010
Baixa no exercício	-	-	-	-	-	(163)	-	(163)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	4.657	757	128	133.805	41.998	195.781	-</	



ITÁ ENERGÉTICA S.A.

CNPJ nº 01.355.994/0001-21



— * continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 (Valores expressos em milhares de reais)

a) Condições pactuadas: BNDES: Encargos - variação da TJLP + 4% a.a. Amortização do principal - mensal, até 15/09/2013. Pagamento de juros - mensal. **Bancos Comerciais:** Encargos - variação da TJLP + 3,85% a.a. Amortização do principal - mensal, até 15/09/2013. Pagamento de juros - mensal. **b) Vencimentos:** Os empréstimos têm seus vencimentos programados de janeiro a setembro de 2013. **c) Garantias:** Os financiamentos possuem as seguintes garantias: • Penhor dos direitos emergentes da concessão; • Penhor dos direitos creditórios relativos aos contratos de compra e venda de energia elétrica ("PPAs") firmados com seus controladores, abrangendo a totalidade da energia do projeto rateada cabível à empresa, até integral cumprimento das obrigações com os financiamentos. • Caução das ações da companhia; Conta reserva num montante equivalente a três meses da dívida do BNDES (substituída por fiança bancária em 29 de novembro de 2007), um mês do total do serviço da dívida dos empréstimos com os bancos comerciais (substituída por fiança bancária, em 4 de outubro de 2007), e três meses das despesas contratuais de operação e manutenção da UHE Itá. • Em virtude de processo de aprovação de liquidação de empréstimos (direto e indireto) pendente no BNDES, houve acordo entre Itá e seus credores para a não renovação de carta fiança em substituição à conta reserva vencida em 08/10/2012, em virtude da expectativa de pagamento da dívida. • Índice de cobertura da dívida de 1,3. • A Companhia entende que em 31 de dezembro de 2011 e 2012 atende ao índice estipulado no Contrato. Em fevereiro de 2013 a Companhia liquidou antecipadamente todos os financiamentos. O valor pago foi de R\$ 41.803 de principal e R\$ 500 de juros, sendo R\$ 346 relativos ao exercício de 2013 e R\$ 154 ao de 2012.

11. Provisão para Causas Cíveis e Fiscais:

	01/01/2012			31/12/2012			31/12/2013		
	Provisão	Adições	Reversão	Atualização	Provisão	Adições	Reversão	Atualização	Provisão
Provisões cíveis	4.019	780	1.695	502	3.606	-	633	397	3.370
Provisões fiscais	3.460	-	-	245	3.705	-	3.831	126	-
Outras	12.932	-	13.160	2.006	-	-	-	308	2.086
Total das provisões	20.411	780	14.855	2.753	9.089	-	4.464	831	5.456
Total circulante	3.380	-	500	398	3.278	-	-	308	3.586
Total não circulante	17.031	780	14.355	2.355	5.811	-	4.464	523	1.870
Total das provisões	20.411	780	14.855	2.753	9.089	-	4.464	831	5.456

A Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras provisões para processos que, na avaliação dos Consultores Jurídicos, se revestem de riscos de desembolso futuro provável.

a) Provisões cíveis: O montante provisionado para provisões cíveis, referentes aos processos de desapropriações e realocações na época da construção da Usina (UHE-ITÁ), é considerado pela Administração suficiente para cobertura dessas contingências. Durante o exercício de 2013, houve o encerramento de processo cuja a provisão montava em R\$ 633, o desfecho gerou um pagamento de R\$ 145 e reversão do montante provisionado acima do valor efetivamente pago. Adicionalmente, houve reclassificação de R\$ 600 para o passivo circulante, em função da expectativa da Administração sobre a conclusão de alguns processos para 2014. **b) Provisões fiscais:** Além dos processos judiciais cíveis, também estava provisionado como risco de desembolso futuro provável, os valores referentes ao reajuste da alíquota da COFINS - Contribuição para Financiamento de Seguridade Social, ocorrido na época da construção da UHE Itá, com previsão contratual de reembolso aos construtores. Em função do prazo de prescrição dessa dívida ter se encerrado sem qualquer questionamento por parte dos construtores e do Fisco, a Administração da Companhia, classificou tal risco como de remoto desembolso futuro, revertendo a respectiva provisão contra a conta de Imobilizado.

c) Outras provisões: O saldo acumulado de R\$ 2.086 (R\$ 1.778 em 2012), refere-se à atualização do saldo a pagar ao Conita. Conforme mencionado na nota explicativa nº 9 a, o saldo principal encontra-se registrado na conta de Fornecedores, sem sofrer alteração, enquanto a atualização monetária é mantida como provisão. Esta atualização ajusta o saldo à melhor estimativa da Companhia para o valor de desfecho por meio de acordo entre as partes. A Companhia está envolvida em processos judiciais que, na avaliação dos Consultores Jurídicos, baseada em experiências com naturezas semelhantes, não apresentam risco de desembolso futuro provável e, portanto, não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2013 os valores envolvidos com risco provável de desembolso futuro estão estimados em R\$ 426 (R\$ 927 em dezembro de 2012).

12. Patrimônio Líquido: a) Capital social: Em 30 de abril de 2012 foi aprovado pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 10.237, através da incorporação de reserva de ágio, sem a emissão de novas ações. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 510.136, representado por 520.219.172, ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal assim distribuídas:

	Ações ordinárias	Percentual no capital
Companhia Siderúrgica Nacional - CSN	253.606.845	48,75%
Tractebel Energia S.A. - Tractebel	253.606.840	48,75%
Companhia de Cimento Itambé - Itambé	13.005.480	2,50%
Outros (Conselheiros)	7	-
	<u>520.219.172</u>	<u>100,00%</u>

O montante do capital subscrito e integralizado representativo dessas ações pode ser aumentado pelo Conselho de Administração, até o limite do capital autorizado de R\$ 600.000. **b) Reserva estatutária:** Em 29 de maio de 2013 foi aprovada pelos acionistas na Assembleia Geral Ordinária Extraordinária a alteração do Estatuto Social com o objetivo de criar uma reserva estatutária para capital de giro e investimentos. Do lucro líquido do exercício poderá ser deduzida uma parcela de ao menos 1% para constituição de reserva estatutária por deliberação da Assembleia Geral, sem prejuízo dos dividendos mínimos obrigatórios definidos pela legislação societária vigente. O saldo dessa reserva somado às demais reservas, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do dinheiro em excesso, à critério da Assembleia Geral. Durante o ano de 2013, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 29 de maio de 2013, foi aprovada a destinação de R\$ 18.589 (R\$ - em 2012) para reserva estatutária. Adicionalmente, a Administração da Companhia propôs a destinação do montante de R\$ 164.103, contabilizado como reserva de retenção de lucros, e do montante de R\$ 10.712 do resultado do exercício após apuração dos dividendos mínimos obrigatórios para a Reserva Estatutária, estando tal destinação sujeita à aprovação da Assembleia Geral. A finalidade desta reserva é manter recursos na Companhia para assegurar a manutenção das atividades que compõem o objeto social e a realização de investimentos ou acréscimos de capital. **c) Reserva legal:** A reserva legal é constituída

com base em 5% do lucro de cada exercício, e não deve exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. **d) Dividendos:** O montante correspondente a 25% (vinte cinco por cento) do lucro líquido do exercício após a dedução da parcela destinada à constituição da Reserva Legal, e antes da realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado, será pago como dividendo mínimo obrigatório, nos termos do artigo 27 do Estatuto Social da Companhia. O lucro base para fins de determinação dos dividendos deliberados foram calculados como segue:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	20.210	66.936
Reserva legal	(1.011)	(3.347)
(=) Lucro líquido ajustado	19.199	63.589
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>4.800</u>	<u>15.897</u>

e) Reserva de retenção de lucros: A Companhia constituiu as reservas previstas na legislação, sob a rubrica Reserva de Retenção de Lucros com a finalidade de distribuição de lucros acima do mínimo estabelecido estatutariamente.

13. Conciliação da Receita Operacional Líquida: Em atendimento às exigências do CPC 30 (Receitas) segue conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado. A Companhia apresenta no seu demonstrativo de resultado somente a receita líquida, por esta representar os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber originários de suas próprias atividades.

	31/12/2013	31/12/2012
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia elétrica (Nota explicativa 17)	3.306	4.579
Suprimento de energia elétrica (Nota explicativa 17)	164.482	234.409
Transações no âmbito da CCEE	2.602	3.070
Outras receitas	470	-
	<u>170.860</u>	<u>242.058</u>

	31/12/2013	31/12/2012
Deduções da receita operacional		
PIS e COFINS	(15.805)	(22.390)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.524)	(2.175)
	<u>(17.329)</u>	<u>(24.565)</u>
	<u>153.531</u>	<u>217.493</u>

14. Custo de Produção de Energia Elétrica, Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas:

	2013		
	Custo	Despesa com vendas	Despesas gerais e administrativas
Depreciação e amortização	34.997	-	13
Tarifa de transmissão	-	42.098	-
Royalties (a)	22.962	-	-
Serviços de terceiros (Nota explicativa nº 17)	16.531	-	291
Recuperação de PIS ² e COFINS	(1.368)	(3.668)	-
Pessoal e encargos	1.178	-	1.236
Administradores	-	-	1.599
Taxa de fiscalização	-	-	1.699
Provisões p/causas cíveis e tributárias	3.158	-	3.158
Seguros	975	-	975
Doações, contribuições e subvenções	-	-	155
Outros	1.312	10	1.146
	<u>79.745</u>	<u>38.440</u>	<u>6.139</u>
			<u>24.268</u>
			<u>124.324</u>

	2012		
	Custo	Despesa com vendas	Despesas gerais e administrativas
Depreciação e amortização	35.343	-	17
Tarifa de transmissão	-	44.922	-
Royalties (a)	13.490	-	-
Serviços de terceiros (Nota explicativa nº 17)	16.500	-	477
Recuperação de PIS ² e COFINS	(1.275)	(4.017)	-
Pessoal e encargos	1.164	-	1.767
Administradores	-	-	1.332
Taxa de fiscalização	-	-	1.835
Provisões p/causas cíveis e tributárias	(914)	-	742
Seguros	923	-	923
Doações, contribuições e subvenções	-	-	1.166
Outros	931	-	446
	<u>66.162</u>	<u>40.905</u>	<u>7.782</u>
			<u>114.849</u>

(a) Encargos pagos à ANEEL calculados com base na quantidade de energia gerada pela Usina.

² Programa de Integração Social (PIS)

15. Instrumentos Financeiros: a) Categoria de instrumentos financeiros

	2013	2012
Ativos financeiros:		
Empréstimos e recebíveis		
Clientes - concessionárias e permissionárias	15.702	19.375
Caixa e depósitos bancários à vista	4	13.936
Equivalentes de caixa	45.890	58.818
	45.894	72.754
Passivos financeiros:		
Avaliados ao custo amortizado		
Fornecedores	25.599	20.086
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	41.957
	<u>25.599</u>	<u>62.043</u>

DIRETORIA EXECUTIVA	
Enéas Garcia Diniz	Luiz Eduardo Simões Viana
Diretor	Diretor e Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DO DIRETOR DA COMPANHIA

Luiz Eduardo Simões Viana
Diretor e Diretor de Relações com Investidores
São Paulo, 14 de março de 2014

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

b) Risco de mercado: A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, ue periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os principais riscos de mercado os quais a Companhia está exposta são os seguintes: **b.1) Riscos relacionados às aplicações financeiras:** A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos, sendo que a maior parte destes é alocada em certificados de depósitos bancários. **b.2) Risco cambial, de taxa de juros e índices principais:** A Companhia não apresenta qualquer risco cambial, os empréstimos da Companhia, que eram o principal fator de risco foram liquidados em fevereiro de 2013, portanto no período de janeiro a dezembro de 2013, a Companhia não adotou o procedimento de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. **c) Valor justo dos instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia não identifica entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras a ocorrência de diferenças relevantes originadas por operações que envolvam instrumentos financeiros que requeiram divulgação específica. Os valores das aplicações financeiras registrados nas demonstrações contábeis aproximam-se dos valores de realização em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem disponibilização imediata. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

16. Cobertura de Seguros: A Companhia está inserida na apólice de seguro da acionista Tractebel Energia S.A., com os seguintes valores declarados:

Tipo de seguro	Limite de indenização		Vigência da apólice
	em R\$	em US\$	
Danos materiais	2.105.997	899.000	585.650
Responsabilidade civil	-	-	117.130
	<u>2.105.997</u>	<u>899.000</u>	<u>702.780</u>
			<u>300.000</u>

O limite máximo para indenização de danos materiais é de US\$250.000 mil, equivalentes a R\$ 585.650 mil em 31 de dezembro de 2014 por evento.

A adequação dos limites de cobertura dos seguros contratados não foi examinada pelos auditores independentes.

17. Transações com Partes Relacionadas: O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga por serviços de administradores está demonstrada a seguir:

	2013	2012
Honorários	1.332	1.110
Encargos sociais	266	222
	<u>1.598</u>	<u>1.332</u>

A Companhia comercializa 404,14MW médios de energia com a Tractebel, através dos contratos de Compra e Venda de Energia, assinados em 2001 e vigentes até 2030, a seguir especificados:

a) Tractebel: Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, com fornecimento de 167 MW médios de energia de propriedade da ITASA na UHE Itá, regido pela legislação aplicável e pelas regras de mercado, com vigência até 16 de outubro de 2030, reajustados anualmente pelo IGP-M. Contrato de Compra e Venda de 61 MW médios de energia reajustado pela variação do Dólar comercial e do índice 64 - *Consumer Price*, com vigência até 16 de outubro de 2030. Adicionalmente o Contrato de Consórcio acorda entre as partes que a diferença entre a energia gerada pela usina e a energia do projeto rateada pertence integralmente à Tractebel. Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção da UHE Itá, celebrado pela Companhia, no âmbito do Consórcio Itá, com vigência até 16 de outubro de 2030, cujos valores são reajustáveis anualmente pelo índice IGP-M. Contrato de Gestão Técnica e Financeira, firmado em 01/09/2009, cujo objeto é a prestação de serviços de gestão, pela Tractebel Energia S.A., do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento-P&D da ANEEL para a aplicação dos recursos correspondentes a 0,4% (zero vírgula quatro por cento) da Receita Operacional Líquida Anual da ITASA em projetos de pesquisa e desenvolvimento ("P&D"), conforme Lei Federal nº 9.991/2000, com vigência de três anos a partir da assinatura do mesmo.

b) CSN: Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, com fornecimento de 167 MW médios de energia de propriedade da ITASA na UHE Itá, regido pela legislação aplicável e pelas regras de mercado, com vigência até 16 de outubro de 2030, reajustados anualmente pelo IGP-M. **c) Itambé:** Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, com fornecimento de 9MW médios de energia de propriedade da ITASA na UHE Itá, regido pela legislação aplicável e pelas regras de mercado, com vigência até 16 de outubro de 2030, reajustados anualmente pelo IGP-M.

31/12/2013				
	Receita bruta	Clientes Concessionárias e Permissionárias	Custos de serviços de terceiros	Fornecedores
Tractebel Energia	97.418	9.074	14.789	2.968
CSN	66.938	6.219	-	-
Itambé	3.432	409	-	-
	<u>167.788</u>	<u>15.702</u>	<u>14.789</u>	<u>2.968</u>

31/12/2012				
	Receita bruta	Clientes Concessionárias e Permissionárias	Custos de serviços de terceiros	Fornecedores
Tractebel Energia	130.549	8.964	13.787	2.405
CSN	103.149	6.219	-	-
Itambé	5.289	399	-	-
	<u>238.987</u>	<u>15.582</u>	<u>13.787</u>	<u>2.405</u>

18. Aprovação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela diretoria da Companhia em 14 de março de 2014.

CONTADORA	
Marcia do Prado	CRC: SP 179205/O-0 T-SP

O diretor da Companhia declara que examinou, discutiu e reviu todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, e concorda com o parecer dos Auditores Externos Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, datado de 14 de março de 2014.

Aos Acionistas e Administradores da
Itá Energética S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da **Itá Energética S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itá Energética S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Paulo Roberto Marques Garrucho

Contador

CRC 1RJ 052.813/O-1

